



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
CONTRATO Nº 07/2021

PROCESSO Nº 08657.015529/2020-77

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº **07/2021**, QUE FAZEM ENTRE SI A **SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO** E A EMPRESA **COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI** PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS BLINDADOS ESPECIAIS

A União, por intermédio da **Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 163 - Parada de Lucas - Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 21.240-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0111-70, neste ato representada pelo Sr Superintendente, **Rômulo Ferreira da Silva**, nomeado pela Portaria nº 405, de 12 de Maio de 2021, publicada no *DOU* de 13 de Maio de 2021, inscrito no CPF nº 092.485.247-02, portadora da Carteira de Identidade nº 0123160996 DIC/RJ, doravante denominada CONTRATANTE, e **Combat Armor Defense do Brasil - EIRELI** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.101.177/0001-33, sediada na Rua Iracema Lucas, nº 735, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-172, em Vinhedo/SP doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Mauricio Junot de Maria**, portador da Carteira de Identidade nº 16.485.576-2, expedida pela SSP-SP, e CPF nº 114.705.478-99, tendo em vista o que consta no Processo nº 08657.015529/2020-77 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 19/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de de veículos blindados especiais**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	VBOE - Viatura Blindada de Operações Especiais, conforme especificações do Anexo I-A do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E.	150241	05	R\$ 850.077,00	R\$ 4.250.385,00
2	VBOR - Viatura Blindada de Operações de Resgate, conforme especificações do Anexo I-B do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E.	150241	01	R\$ 1.128.187,17	R\$ 1.128.187,17
3	VBCC - Viatura Blindada de Comando e Controle, conforme especificações do Anexo I-C do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E.	150241	01	R\$ 1.969.015,00	R\$ 1.969.015,00
TOTAL					R\$ 7.347.587,17

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de sua assinatura e encerramento em 30/04/2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$ 7.347.587,17**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200116

Fonte: 0174020197

Programa de Trabalho: 06.181.5016.2723.0001

Elemento de Despesa: 449052

PI: RF999AP6AQV

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, 13 de Maio de 2021

MAURICIO JUNOT DE MARIA
Responsável legal da CONTRATADA

RÔMULO FERREIRA DA SILVA
Superintendente de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro
Ordenador de Despesas

TESTEMUNHAS:

1 - EDUARDO DA FONSECA MARTINS

2 - MAYALU FARIA FRANCISCO GOUGET

PRF

Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Junot de Maria, Usuário Externo**, em 13/05/2021, às 17:45, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ROMULO FERREIRA DA SILVA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, em 14/05/2021, às 09:34, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DA FONSECA MARTINS, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 14/05/2021, às 09:39, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **MAYALU FARIA FRANCISCO GOUGET, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 17/05/2021, às 10:32, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **32519948** e o código CRC **68418F9C**.



Referência: Processo nº 08657.015529/2020-77



SEI nº 32519948



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
TERMO ADITIVO Nº 1 - CONTRATO Nº 7/2021/2021

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº **07/2021**, QUE FAZEM ENTRE SI A **SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO** E A EMPRESA **COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI** PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS BLINDADOS ESPECIAIS

A União, por intermédio da **Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 163 - Parada de Lucas - Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 21.240-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0111-70, neste ato representada pelo Sr Superintendente, **Rômulo Ferreira da Silva**, nomeado pela Portaria nº 405, de 12 de Maio de 2021, publicada no *DOU* de 13 de Maio de 2021, inscrito no CPF nº 092.485.247-02, portadora da Carteira de Identidade nº 0123160996 DIC/RJ, doravante denominada CONTRATANTE, e **Combat Armor Defense do Brasil - EIRELI** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.101.177/0001-33, sediada na Rua Iracema Lucas, nº 735, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-172, em Vinhedo/SP doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Mauricio Junot de Maria**, portador da Carteira de Identidade nº 16.485.576-2, expedida pela SSP-SP, e CPF nº 114.705.478-99, tendo em vista o que consta no Processo nº 08657.015529/2020-77 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 07/2021 (doc. SEI! nº [32519948](#)), decorrente do Pregão nº 19/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de 01 (um) VBOE - Viatura Blindada de Operações Especiais** -, conforme especificações do Anexo I-A do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E, de acordo com as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital, bem como a **prorrogação de vigência em 6 meses**, de acordo com as orientações da CJU/AGU no Parecer n. 05491/2021/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU ([36587825](#)).

1.1.1. A alteração quantitativa do item 1 da Tabela do subitem 1.1 do Termo de Referência, no percentual de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato nº 07/2021, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93;

1.1.2. A prorrogação do prazo de vigência de 13 de novembro de 2021 até 13 de maio de 2022, nos termos do art. 57, IV da Lei nº 8.666/93, e

- 1.1.3. A complementação da garantia de execução de que trata o artigo 56 da Lei nº 8.666/93.
- 1.2. Este Termo Aditivo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	VBOE - Viatura Blindada de Operações Especiais, conforme especificações do Anexo I-A do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E.	150241	01	R\$ 850.077,00	R\$ 850.077,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. Considerando as orientações do Parecer n. 05491/2021/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU ([36587825](#)), informo que a vigência do Contrato nº 7/2021 será **RETIFICADA** para a data de **término de vigência em 13/11/2021**.
- 2.2. O prazo de vigência deste Termo Aditivo de Contrato é aquele fixado, conforme edital e Termo de Referência, nos quais as cláusulas fazem jus à retificação supracitada, perfazendo o **período de 13/11/2021 a 13/05/2022**, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

- 3.1. O Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2021 ([32519948](#)) terá o valor de **R\$ 850.077,00 (oitocentos e cinquenta mil e setenta e sete reais)**, perfazendo um **acréscimo de 20%** do valor total do Item 1 do contrato, com a **aquisição de mais 01 VBOE - Viatura Blindada de Operações Especiais** - do total de 5 previstos na aquisição.
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- ## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, conforme DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA Nº 664/2021/DECO (doc. SEI! nº [36490708](#)).

5. CLÁUSULA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 5.1. A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual anteriormente prestada mantendo a proporção de 2,5% (dois e meio por cento) em relação ao valor global, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

6.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

7.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato Original, bem como Termos Aditivos, não alterados por este instrumento.

8. CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

8.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – FORO

9.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, 13 de Maio de 2021

MAURICIO JUNOT DE MARIA
Responsável legal da CONTRATADA

RÔMULO FERREIRA DA SILVA

Superintendente de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro
Ordenador de Despesas

TESTEMUNHAS:

1 - GUILHERME LUIS DANTAS GOUGET

2 - LUIS FERNANDO NERY MORAES

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ROMULO FERREIRA DA SILVA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, em 11/11/2021, às 12:58, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Junot de Maria, Usuário Externo**, em 12/11/2021, às 11:31, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME LUIS DANTAS GOUGET, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 12/11/2021, às 12:07, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO NERY DE MORAES, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 12/11/2021, às 12:17, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **36587960** e o código CRC **67CAFD9E**.



Referência: Processo nº 08657.015529/2020-77



SEI nº 36587960



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
TERMO ADITIVO Nº 2 - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA/2022

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº **07/2021**, QUE FAZEM ENTRE SI A **SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO** E A EMPRESA **COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI** PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS BLINDADOS ESPECIAIS

A União, por intermédio da **Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 163 - Parada de Lucas - Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 21.240-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0111-70, neste ato representada pelo Sr. **Superintendente Substituto**, Sr. Rodrigo Dias Moreira, nomeado pela Portaria nº 486, de 27 de maio de 2021, publicada no DOU de 28 de maio de 2021, portador da Carteira de Identidade nº 114302615, IFP-RJ e CPF 082.640.607-65, doravante denominada CONTRATANTE, e **Combat Armor Defense do Brasil - EIRELI** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.101.177/0001-33, sediada na Rua Iracema Lucas, nº 735, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-172, em Vinhedo/SP doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Mauricio Junot de Maria**, portador da Carteira de Identidade nº 16.485.576-2, expedida pela SSP-SP, e CPF nº 114.705.478-99, tendo em vista o que consta no Processo nº 08657.015529/2020-77 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato 07/2021 (doc. SEI! nº [32519948](#)), decorrente do Pregão nº 19/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **prorrogação de vigência em 6 meses** do Contrato 07/2021 (doc. SEI! nº [32519948](#)).

1.1.1. A prorrogação do prazo de vigência contemplará o período de **14 de maio de 2022 a 13 de novembro de 2022**, nos termos do art. 57, parágrafo primeiro, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e

1.1.3. A complementação da garantia de execução de que trata o artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

1.2. Este Termo Aditivo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	CAT	MAT	QTDE	VALOR	VALOR TOTAL (R\$)
					UNITÁRIO (R\$)	
1	VBOE - Viatura Blindada de Operações Especiais, conforme especificações do Anexo I-A do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E. (Acréscimo de 20% - 01 VBOE - Termo Aditivo 1 SEI! nº 36587960)	150241		06	R\$ 850.077,00	R\$ 5.100.462,00
2	VBOR - Viatura Blindada de Operações de Resgate, conforme especificações do Anexo I-B do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E.	150241		01	R\$ 1.128.187,17	R\$ 1.128.187,17
3	VBCC - Viatura Blindada de Comando e Controle, conforme especificações do Anexo I-C do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E.	150241		01	R\$ 1.969.015,00	R\$ 1.969.015,00
TOTAL						R\$ 8.197.664,17

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo Aditivo de Contrato é aquele fixado, conforme edital e Termo de Referência, nos quais as cláusulas fazem jus à retificação supracitada, perfazendo o **período de 14/05/2022 a 13/11/2022**, prorrogável na forma do art. 57, §1º, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. Os valores não serão alterados no presente Termo Aditivo.

4. CLÁUSULA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA deverá **renovar a vigência** da garantia contratual anteriormente prestada mantendo a proporção de 2,5% (dois e meio por cento) em relação ao valor global, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

5.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

6.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato Original, bem como Termos Aditivos, não alterados por este instrumento.

7. CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

7.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA NONA – FORO

8.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo ao Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

MAURICIO JUNOT DE MARIA
Responsável legal da CONTRATADA

RODRIGO DIAS MOREIRA
Ordenador de Despesas substituto
Superintendente da SPRF/RJ substituto

TESTEMUNHAS:

- 1 - GUILHERME LUIS DANTAS GOUGET
- 2 - DIEGO TAVARES ROQUE

PRF

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DIAS MOREIRA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro substituto(a)**, em 12/05/2022, às 10:24, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Junot de Maria, Usuário Externo**, em 13/05/2022, às 14:55, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME LUIS DANTAS GOUGET, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 16/05/2022, às 10:21, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **DIEGO TAVARES ROQUE, Chefe da Seção de Administração**, em 23/05/2022, às 14:02, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **41146989** e o código CRC **C5E60E70**.



Referência: Processo nº 08657.015529/2020-77



SEI nº 41146989